



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Direito Penal I

**Prof.^a Doutora Helena Morão,
Prof.^a Doutora Inês Ferreira Leite,
Mestre Mafalda Melim, Dr. Tiago Geraldo e
Mestre Ricardo Tavares da Silva**

Programa

PARTE GERAL DO DIREITO PENAL
A TEORIA DA LEI PENAL

1. Conceito material de crime e princípios constitucionais do Direito Penal

- 1.1. A estrutura da norma incriminadora, a sistematização do pensamento jurídico-penal e a relevância das Ciências Criminais
- 1.2. Legitimidade das incriminações e necessidade da pena
- 1.3. Bem jurídico e ofensividade jurídico-penal; a incidência dos princípios constitucionais da culpa, do livre desenvolvimento da personalidade e da igualdade; o problema dos crimes de perigo abstracto
- 1.4. Adequação e subsidiariedade das incriminações e o problema das obrigações implícitas de criminalização

2. Conceito material de pena, fins da pena e Constituição Penal

- 2.1. Conceito material de pena e Direito Sancionatório Público
- 2.2. Finalidades da pena: a retribuição e a prevenção (geral e especial)
- 2.3. A reparação penal
- 2.4. Os princípios constitucionais da culpa e da necessidade da pena e os modelos mistos de fins das penas

3. Princípio constitucional da legalidade e aplicação temporal, espacial e pessoal da lei penal

- 3.1. Criação e interpretação da lei penal
- 3.3.1. As fontes e a determinabilidade da lei penal; o problema da normal penal em branco
- 3.3.2. Interpretação e proibição de analogia e de redução teleológica incriminadoras; a aplicação analógica de normas penais de conteúdo favorável

3.3.3. O concurso de normas incriminadoras como problema de interpretação à luz do princípio constitucional *ne bis in idem*

3.2. Aplicação da lei penal no tempo

3.2.1. O ponto de referencia da retroactividade

3.2.2. O princípio da irrectoactividade *in pejus*

3.2.3. O princípio da retroactividade *in mellius*

3.3. Aplicação da lei penal no espaço

3.3.1. Competência internacional, determinação da lei aplicável e princípio da intransactividade

3.3.2. Os critérios geral e subsidiários de aplicação espacial da lei penal

3.3.3. A conexão com a cooperação judiciária em matéria penal: extradição e mandado de detenção europeu

3.4. Âmbito de aplicação pessoal da lei penal

3.4.1. Imunidades constitucionais de titulares de cargos políticos

3.4.2. Imunidade diplomática

4. Introdução à Teoria Geral do Crime

4.1. Teoria da lei penal *vs* teoria geral do crime: objectos e metodologias distintas de resolução de casos

4.2. Teoria geral do crime: os pressupostos da imputação de responsabilidade penal (o crime como acção típica, ilícita, culposa e punível) e a sua relação com o conceito material de crime